



REVISTA
Casa da
GEOGRAFIA
de Sobral
ISSN 2316-8056



SECA NO SEMIÁRIDO CEARENSE: ESPACIALIZAÇÃO DOS DECRETOS DE EMERGÊNCIA DOS EVENTOS 2012 A 2017

Drought in the semi-arid cearense: spatialization of the emergency decrees of the 2017 2012 events

Sequía en lo semiárida cearense: especialización de decretos de emergencia de eventos 2012 a 2017

Epaminondes Pinheiro Machado Neto ¹

Francisca Leiliane Sousa de Oliveira ²

Maria Lúcia Brito da Cruz ³

RESUMO

O semiárido cearense é constituído a partir de uma história que envolve diretamente sua população, sendo constatados no espaço-tempo inúmeros desastres, configurados como casos de emergência, e diretamente relacionados a períodos que vão desde estiagens prolongadas a grandes secas, e de um contexto político-social. Nesse estudo de caso foram espacializados os decretos de emergência dos anos de 2012 a 2017, em virtude de extremos climáticos. São necessárias reconstituições temporais, a partir deste tema pela importância do resgate na história, permitindo a compreensão de como os eventos ocorreram, assim como, os erros e acertos que levaram a atualidade. Foram utilizadas obras que fomentam discussões sobre definições e conceitos, nos possibilitando associar, com segurança, o fenômeno da seca no semiárido aos desastres naturais a partir de fontes históricas. As bases de dados foram obtidas em órgãos públicos como a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC, sendo analisadas a partir de estudos já realizados em conjunto com discussões qualitativas. Foi registrada uma relação direta do fenômeno da seca com as características de um desastre, no contexto do semiárido e do Nordeste do Brasil. A distribuição dos casos de emergência possibilitou a aferição de 179 municípios nos quais estiveram nos decretos, respectivamente, no ano de 2012: 170, em 2013: 166, em 2014: 168, em 2015: 154, em 2016: 132 e 2017: 117 registros de 184 municipalidades, apenas 05 não estiveram presentes.

Palavras-chave: Seca. Desastre. Ceará.

¹ Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, pós-graduando lato sensu em Geoprocessamento Aplicado a Análise Ambiental e Recursos Hídricos na UECE, e-mail: epaminondes7pinheiro@gmail.com

² Mestre e doutora em Geografia - Programa de Pós-Graduação em Geografia PROPGeo-UECE, e-mail: leila.geografia@gmail.com

³ Professora dos Cursos de Geografia em nível de Graduação e Pós-Graduação (lato e Stricto Sensu) da UECE., e-mail: mlbcruz@gmail.com



ABSTRACT

The Ceará semi-arid is formed from a history that directly involves its population, being found in space-time numerous disasters, configured as emergency cases, and directly related to periods ranging from prolonged droughts to major droughts, and a political context -Social. In this case study, emergency decrees from 2012 to 2017 were spatialized due to climatic extremes. Temporal reconstitutions are necessary, based on this theme because of the importance of rescue in history, allowing the understanding of how events occurred, as well as the errors and successes that led to the present. Works were used that foster discussions about definitions and concepts, enabling us to safely associate the phenomenon of drought in the semi-arid with natural disasters from historical sources. The databases were obtained from public agencies such as the State Civil Defense Coordination - CEDEC, and were analyzed from studies already conducted in conjunction with qualitative discussions. A direct relationship between the drought phenomenon and the characteristics of a disaster was recorded in the context of the semi-arid and northeastern Brazil. The distribution of emergency cases made it possible to measure 179 municipalities in which they were in the decrees, respectively, in 2012: 170, 2013: 166, 2014: 168, 2015: 154, 2016: 132 and 2017: 117 records from 184 municipalities, only 05 were not present.

Keywords: Drought. Disaster. Ceará.

RESUMEN

El semiárido de cearense se forma a partir de una historia que involucra directamente a su población, encontrándose en el espacio-tiempo numerosos desastres, configurados como casos de emergencia y directamente relacionados con períodos que van desde sequías prolongadas hasta sequías importantes, y un contexto político-social. En este estudio de caso, los decretos de emergencia de 2012 a 2017 se espaciaron debido a extremos climáticos. Las reconstituciones temporales son necesarias, basadas en este tema debido a la importancia del rescate en la historia, lo que permite comprender cómo ocurrieron los eventos, así como los errores y éxitos que llevaron al presente. Se utilizaron trabajos que fomentan debates sobre definiciones y conceptos, lo que nos permite asociar de manera segura el fenómeno de la sequía en las zonas semiáridas con los desastres naturales de fuentes históricas. Las bases de datos se obtuvieron de organismos públicos como la Coordinación de Defensa Civil del Estado (CEDEC) y se analizaron a partir de estudios ya realizados en conjunto con debates cualitativos. Se registró una relación directa entre el fenómeno de la sequía y las características de un desastre en el contexto del semiárido y el noreste de Brasil. La distribución de casos de emergencia permitió medir 179 municipios en los que estaban en los decretos, respectivamente, en 2012: 170, 2013: 166, 2014: 168, 2015: 154, 2016: 132 y 2017: 117 registros de 184 municipios, solo 05 no estaban presentes.

Palabras clave: Sequía. Desastre. Ceará

INTRODUÇÃO

O Semiárido brasileiro é a zona climática semiárida do globo mais populosa, com 21 milhões de habitantes. No estado do Ceará, no ano de 2007, possuía 4.541.532 habitantes, correspondendo a 55,61% da população de toda a região. Considerada como um clima tropical quente semiárido, com médias pluviométricas entre 200 a 800 mm anuais (CEARÁ, 2010). Esta área possui registros de extremos climáticos em toda sua formação histórica, que geram déficits econômicos e sociais em toda a região.

O conceito de desastre será utilizado pelo entendimento da relação de efeito que as secas geram no Nordeste. Este artigo busca elevar as discussões que constituem as secas como um dos graves propulsores de eventos desastrosos. Os desastres de acordo com a ONU (2009) são:

Una seria interrupción en el funcionamiento de una comunidad o sociedad que ocasiona una gran cantidad de muertes al igual que pérdidas e impactos materiales, económicos y



Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE, v. 21, n. 2, Dossiê: Estudos da Geografia Física do Nordeste brasileiro, p. 1254-1267, Set. 2019, <http://uvanet.br/rcgs>. ISSN 2316-8056 © 1999, Universidade Estadual Vale do Acaraú. Todos os direitos reservados.

ambientales que exceden la capacidad de la comunidad o la sociedad afectada para hacer frente a la situación mediante el uso de sus propios recursos (ONU, 2009, p. 13 – 14).

O atlas brasileiro de desastres naturais, volume Ceará da Universidade Federal de Santa Catarina (2013), define que, para se configurar o desastre da seca é necessária uma interrupção do sistema hidrológico de forma que o fenômeno adverso atue sobre um sistema ecológico, econômico, social e cultural vulnerável, sendo o fenômeno da seca considerado também um fenômeno social, pois caracteriza uma situação de pobreza e estagnação econômica.

O recorte temporal estudado é entre os anos de 1900 á 2017 a partir da realização da reconstituição histórica das secas, assim, culminando na espacialização dos decretos de emergência registrados no Ceará entre 2012 a 2017. Assim sendo, considerados como indicadores de ocorrência de desastre, visto que, eventos desastrosos podem ser retratados como “o resultado da combinação existente entre a exposição a uma ameaça, as condições de vulnerabilidade presentes e a capacidade ou medidas insuficientes para reduzir ou lidar com as possíveis consequências negativas resultantes” (OLIVEIRA, 2012, p. 05). A decretação de situação de emergência:

(...) se dará quando caracterizado o desastre e for necessário estabelecer uma situação jurídica especial, que permita o atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público, voltadas à resposta aos desastres, à reabilitação do cenário e à reconstrução das áreas atingidas (BRASIL, 2012, p. 02).

A partir dessas ocorrências, foram observadas importantes mudanças na constituição política e social, tais como: medidas estruturais para a capacidade adaptativa da população (açudes, poços, cisternas, entre outras), órgãos públicos de planejamento (Inspetoria de Obras Contra as Secas, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, entre outros), delimitação de áreas atingidas pelo fenômeno e ações públicas integradas pelos governos municipais, estaduais e federais, consolidando, assim, as questões que envolvem o fenômeno da seca no Estado como as ações emergenciais por meio de instituições públicas.

MATERIAL E MÉTODO

O estudo está fundamentado em uma reconstituição histórica realizada por Santos (2017) no livro “Os Sertaniadas”. Esta obra é um importante arquivo que apresenta um recorte temporal que abrange todos os períodos de secas entre 1900 a 2015, com relatos bem desenvolvidos e fundamentados, sendo um livro atual publicado em 2017.

Utilizamos Valencio, Marchezini e Siena (2009), Oliveira (2012) e Ganem (2012) como contribuições sobre desastres, visto que, apresentam leituras do conceito a partir de uma perspectiva social e socioambiental, assim como, em suas aplicações.



Para entendimento do risco das secas serão apresentadas as ideias de Oliveira (2018a), Oliveira (2018b), Marandola Jn e Hogan (2004), Almeida (2011) e Zanella e Sousa (2009) permitindo uma compreensão do fenômeno como um evento danoso.

Os dados obtidos na Secretária Estadual de Defesa Civil do Ceará são tabulados e espacializados no programa Quanto Gis com utilização de recursos de gradação de cores e cálculos, possibilitando a aferição de como os decretos de emergência a seca foram distribuídos no Ceará por municípios.

A descrição será utilizada como meio para fundamentação do diálogo entre as obras, como uma forma de trabalho que permite uma contribuição para melhor entendimento das ideias dos autores consultados, com diálogo direto junto aos dados quantitativos utilizados.

Para compreensão e discussão dos fatos apresentados, serão utilizados meios de discussão qualitativos, buscando a apresentação dos dados, possibilitando a aferição de como a seca e o conceito de desastre se relacionam, assim como, suas influências na história do Semiárido cearense.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Oliveira (2018a) define a seca como “um complexo fenômeno da natureza – conjunto de condições particulares de um domínio morfoclimático – que afeta milhares de pessoas com repercussões sociais, econômicas e ambientais, sendo alvo de propostas de governos na expectativa de mitigação de seus efeitos”. A autora apresenta as características do evento climático correspondendo “a um fenômeno físico natural repetitivo e regular no semiárido brasileiro que às vezes atinge sequências de 3 a 5 anos irregulares, ou ausência de precipitações em que se constata baixa umidade no solo”.

A seca é considerada um desastre por sua ação de desequilíbrio nos meios físicos, sociais, político e econômico, gerando prejuízos em toda história do Ceará. Este evento é agravado por problemas de gestão e políticos, desse modo, constituindo um desastre, que são:

(...) acontecimentos que fogem à normalidade, envolvendo grandes impactos negativos ambientais, econômicos e sociais. Muitas vezes deixam sequelas, reversíveis ou não, nos sistemas ecológicos e socioeconômicos. Resultam de eventos adversos sobre ecossistemas vulneráveis e podem provocar a perda de muitas vidas humanas, dependendo da magnitude do evento e do grau de preparação das comunidades para sua ocorrência. A presença de sistemas eficientes de monitoramento, alerta e evacuação, por exemplo, pode evitar muitas mortes (GANEM, 2012, p. 03).

O desastre da seca no Nordeste é recorrente, com frequência de registro regular na região. Este fenômeno pode ser analisado a partir do conceito de risco, por sua eminência de ocorrência, pois o risco é,

(...) um constructo eminentemente social, ou seja, é uma percepção humana. Risco é a percepção de um indivíduo ou grupo de indivíduos da probabilidade de ocorrência de um evento potencialmente perigoso e causador de danos, cujas conseqüências são uma função da vulnerabilidade intrínseca desse indivíduo ou grupo (ALMEIDA, 2011, p. 87).

A utilização do conceito de desastre, a partir da reconstituição de fatos históricos da seca no semiárido e a compreensão deste fenômeno como um risco eminente, reforça o entendimento de que “a necessidade de estudos empíricos da Teoria da Sociedade de Risco tem muito a enriquecer-se com esta tradição, enquanto os geógrafos podem ampliar o entendimento das implicações dos fenômenos estudados” (MARANDOLA JN, HOGAN, 2004, p. 96), a partir dos eventos registrados na atualidade, assim como, em suas evidências no espaço temporal.

As ações governamentais, no decorrer da história das secas, somente passam a ser executadas quando são registrados eventos extremos que atingem a vida de milhões de Nordestinos, em conformidade com Zanella e Sousa (2009) “a ação efetiva de um indivíduo no intuito de combater o risco demanda, portanto, que haja um estado prévio de sensibilidade e de desejo por mudança, geralmente atingido após certo grau de incômodo” os autores seguem afirmando que:

A ação somente é desencadeada a partir do momento em que é atingido um determinado limiar, que pode variar sensivelmente em cada caso, dependendo de fatores como, por exemplo, a severidade do risco e o grau de exposição às suas conseqüências, o valor dos bens materiais passíveis de perda, traços da personalidade do indivíduo (autocontrole, responsabilidade, medo etc.) (ZANELLA e SOUSA, 2009, p. 47).

A seca de 1904 a 1906 deixou as capitais nordestinas em situação precária, com inúmeras pessoas atingidas pelo Desastre. As ações realizadas pela Federação foram, por exemplo, a realização de obras que empregavam a população por valores reduzidos, a retirada de pessoas para trabalho no Estado do Acre em seringais e outras medidas emergenciais. Os financiamentos públicos eram investidos de forma errônea sem estudos aplicado a área de atuação. “Em 1906 seria criada a “Superintendência de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas”. Em 1907 Eloy de Souza idealiza e redige o Regulamento da Inspetoria de Obras Contra as Secas, futuro DNOCS” (SANTOS, 2017).

Em virtude dos problemas gerados pelo desastre, o governo lança o Decreto Nº 7.619, de 21 de Outubro de 1909 que regulamenta as diretrizes de atuação dos “serviços de obras contra as secas” e a Inspetoria de Obras Contra a Secas (IFOCS). O decreto supracitado aponta a atuação dos estados e da federação na execução de estudos e obras voltadas à atuação no Nordeste (BRASIL, 1909).

O desastre da seca tem continuidade no ano de 1915, mesmo com os órgãos responsáveis por políticas públicas, como a açudagem e elaboração de estudos, tendo registro de inúmeros fatos calamitosos do período, dentre os quais, a configuração de ações de total extremo, diretamente associado a desastres com “registros de mortes por doença, por inanição, os casos de prostituição,

antropofagia, assassinatos, suicídios, fazem parte da memória dos cearenses, nos períodos de secas, e os jornais de 1915 e 1916 relatam pormenores, casos assombrosos, como nunca” (SANTOS, 2017).

Para Oliveira (2018b) além dos desastres propriamente dito, existe ampla diversidade de desastres pessoais, desastres locais, sendo assim “a percepção/análise das transformações de uso e ocupação de determinado espaço geográfico e a localização dos grupos de indivíduos mais vulneráveis, podem contribuir para ações de redução de risco de desastres locais e micro locais”.

Em 1919 á 1921 tem sequência de acontecimentos referente ao desastre da seca, com a utilização de campos de concentração e êxodo rural que superlotavam as cidades. Tudo volta a se repetir “entre 1931 e 1935 os imigrantes que chegam ao Centro-Sul são, na maioria, pessoas fugidas do Nordeste. Começava o êxodo em massa, fugindo da região que não conseguia atenção governamental adequada e que não via um horizonte tranquilo, pois a seca estava chegando” (SANTOS, 2017, p. 121).

Assim, em um desastre, desalojados e desabrigados têm o par família-casa, como elementos de construção da realidade social, dissociado em razão da moradia estar destruída ou danificada ou em área considerada de risco. Torna se inviabilizado, por questões ditas de “segurança”, o modo como as famílias reproduziam-se na casa, “no seu fazer algo”, “por ou com alguém”, “em algum lugar do lar”. Isto é, com a desterritorialização, elas precisam tentar recriar as práticas associadas ao mundo privado da casa num outro território forjado pelos órgãos públicos para a suposta segurança das mesmas: os abrigos temporários (VALENCIO et al, 2009, p. 53).

“A seca de 1941-43 provocou a recriação do "Fundo das Secas", na Constituição do Brasil, destacando 3% dos tributos federais para aplicação no Nordeste” (SANTOS, 2017, p. 121). Muitas dos eventos extremos ocorridos foram fontes de ações emergenciais, sem prolongamento de ações e com inúmeros casos de corrupção.

“O IFOCS foi transformado em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), pelo Decreto-Lei 8846 (28.12.1945), com finalidade de realizar obras e serviços permanentes, além de atender ações emergenciais” (SANTOS, 2017, p. 121), sendo mais um órgão voltado a medidas estruturantes que proporcionaram redução dos danos gerados pelas secas seguintes, mas com poucas ações efetivamente voltadas a melhoria das condições sociais da população.

Santos (2017) continua apresentando que a seca de 1951 gerou inúmeras perdas econômicas em todos os ramos da economia, e, como resposta, foram realizadas medidas de alocação de trabalhadores em obras governamentais com uma intensa saída de população com destino ao Centro Sul brasileiro.

Com a seca de 1958 inicia as “frentes de trabalho” que substituem os campos de concentração, sendo que:

Até 1910, haviam sido construídos apenas dois açudes públicos. Durante a República Velha (1889 a 1930) foram construídos 95 açudes públicos. Na seca de 1958 existiam 185 açudes

públicos, ou 6,36 bilhões de m³. Itamar de Souza somou 6,7 milhões de m³ de água reunidos em mais de 200 açudes e barragens públicas, mas - mesmo assim - repetia-se a tragédia com fome, miséria, morte dos rebanhos, invasão de cidades e migração em massa. Havia a água estocada, mas não a malha para leva-la até as pessoas (SANTOS, 2017, p. 201).

Em 1966 foi registrada mais uma ocorrência de seca, onde não teve ampla divulgação no período, em vista da repressão militar. O exército atuou em ações com investimento da federação, mas não evitou o flagelo da população, sujeita a ações de “frentes de emergência” (SANTOS, 2017).

O autor continua afirmando que “desde 1950 á 1970, teriam migrado 5,7 milhões de pessoas em direção das cidades, caracterizando um empobrecimento galopante do setor rural nordestino. Mais de 2,7 milhões teriam abandonado a região”. No ano de 1970 é registrado mais uma ocorrência do desastre, intensificando as migrações. Em 1976 uma ocorrência em todos os estados nordestinos com menores proporções.

O autor segue apresentando um fato que envolve diretamente os recursos destinados a ações destinadas às secas “em cada nova seca seriam necessárias novas verbas: esse sempre foi o objetivo da "Indústria da Seca" fomentada pelos próprios tecnocratas, com indubitável escopo eleitoral” consonante a este fato temos Valencio, Marchezini e Siena (2009) apresentando um pensamento correlato:

Se os processos de territorialização, numa dada localidade, naturalizam as desigualdades sociais, as relações assimétricas entre os sujeitos tendem a um franco esgarçamento, sendo o desastre um acontecimento crítico que potencializa o rompimento da tolerância às injustiças sociais continuamente sofridas e cuja face inversa são os privilégios concedidos regularmente a outrem (VALENCIO et al, 2009, p. 06).

“A Grande Seca atingia 84% do território nordestino, envolvendo 15 milhões de pessoas em 898 municípios, sendo alistadas 700.000 nas Frentes de Emergência” (SANTOS, 2017). A seca de 1983 foi na transição do período ditatorial para a formação da constituição de 1988, porem pouco foram alteradas as formas de ação diante do desastre.

Antes da grande seca 1983 á 1995 foram divulgados registros por órgãos como a FUNCEME e do INPE, mostrando medidas de alerta, assim, demonstrando avanços frente ao registro de secas, pois estas ações são fundamentais para mitigação de desastres. “O Governo acreditou e, aceleradamente, construiu o "Canal do Trabalhador", com 98 km de extensão, interligando o rio Jaguaribe e o açude Orós ao açude Pacajus, que abastece Fortaleza” (SANTOS, 2017).

Ao final do século 20, finaliza com mais um evento danoso entre os anos de 1997 a 1999, que alerta para a frequência do fenômeno da seca no Nordeste. É notória a falta de ações que mitiguem os efeitos gerados, assim como, a pouca compreensão que as secas são, antes de natural, um evento eminentemente socioambiental, pois atinge diretamente a população envolvida, ocasionando prejuízos financeiros, humanos e em todos os meios de vida do Nordeste Semiárido.

A ação governamental na seca de 1998-99 não trouxe quase nada de novo: foi uma síntese quase perfeita do comportamento de todo o século 20, a saber: 1) reação tardia pressionada pelos governantes locais; 2) riscos de perda de controle da situação; 3) pressão dos meios de comunicação, formadores de opinião pública; 4) demora na implementação de ações emergenciais; 5) destinação dos recursos para ações emergenciais; 6) corte de recursos tão logo chegaram as primeiras chuvas (SANTOS, 2017).

No início do século XXI, foram registradas secas em 2001 e 2007 a 2008, com ações governamentais, com foco em bolsas assistenciais e medidas emergenciais de abastecimento hídrico, sem ações concretas, como melhorias nos sistemas de abastecimento e formação da população para melhoria da capacidade adaptativa.

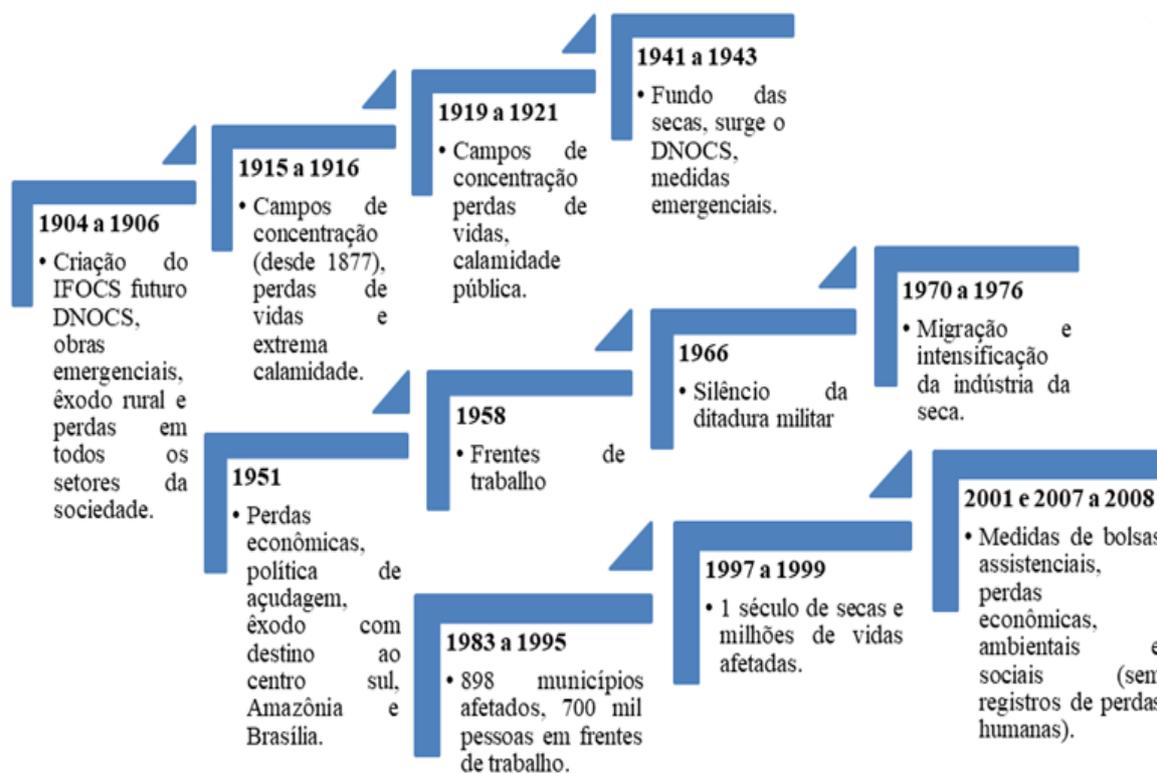
A seca ainda representa um dos principais elementos na discussão acerca das políticas públicas no semiárido. Não se pode negar a problemática não resolvida no que cerne às estiagens prolongadas. Nesse sentido, devem ser adotadas ações a longo prazo, compreendendo a seca como uma realidade climática que não pode ser combatida, devendo as políticas serem mais contextualizadas e menos paliativas, com garantia à qualidade de vida dos sertanejos e independência dos recursos produtivos nos arranjos espaciais (Oliveira, 2018a, p. 110).

O que é registrado nos anos seguintes são as repetições de erros do passado que contextualizados alertam para a tentativa de implementação correta de recursos e estabelecimento de medidas efetivas em ações sociais, estruturais e em educação. Assim como, em órgãos públicos e privados capazes de reduzir os danos intensificados constantes das secas. A figura 01 apresenta uma síntese do contexto histórico e abre espaço para análise dos registros de emergência a seca nos anos de 2012 a 2017.

A partir do contexto histórico, tem-se nos anos 2012 a 2017 períodos de secas mais longas da história, onde podemos perceber ações diretamente relacionadas às medidas do passado, com registros de calamidade pública.

Em vista disto, é necessária a realização de discussões voltadas diretamente às ações executadas nos anos de 2012 a 2017 e um recorte espacial a partir das medidas realizadas por meio de decretos de emergência à seca, possibilitando uma relação com a história desse evento climático no Estado do Ceará.

Figura 01: Histórico de secas 1900 a 2017



Fonte: Autores. 2018

Um dos indicadores de desastre é a decretação de calamidade pública ou situação de emergência, pois os municípios “devem decretar a situação de emergência ou o estado de calamidade pública, remetendo os documentos à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para análise e reconhecimento caso necessitem de ajuda Federal” (BRASIL, 2012, p. 02), sendo:

(...) situação de emergência: situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta (BRASIL, 2012, p. 01).

O Estado do Ceará apresentou nos anos de 2012 a 2017 números elevados de municípios em situação de emergência. Para compreensão de como os decretos de emergência foram distribuídos por municípios no Estado do Ceará, será apresentado um mapa (Figura 02) com a espacialização dos decretos de emergência a seca, possibilitando análises de como este fenômeno afetou a unidade federativa.

Os decretos lançados pelo Estado são registrados em nível Federal, sendo um documento oficial que possibilita o direcionamento de recursos públicos aos locais afetados. A espacialização

destes dados permite identificar quantos municípios do Ceará estiveram aptos a utilizar estes recursos. Na tabela 01 são apresentados os decretos estudados.

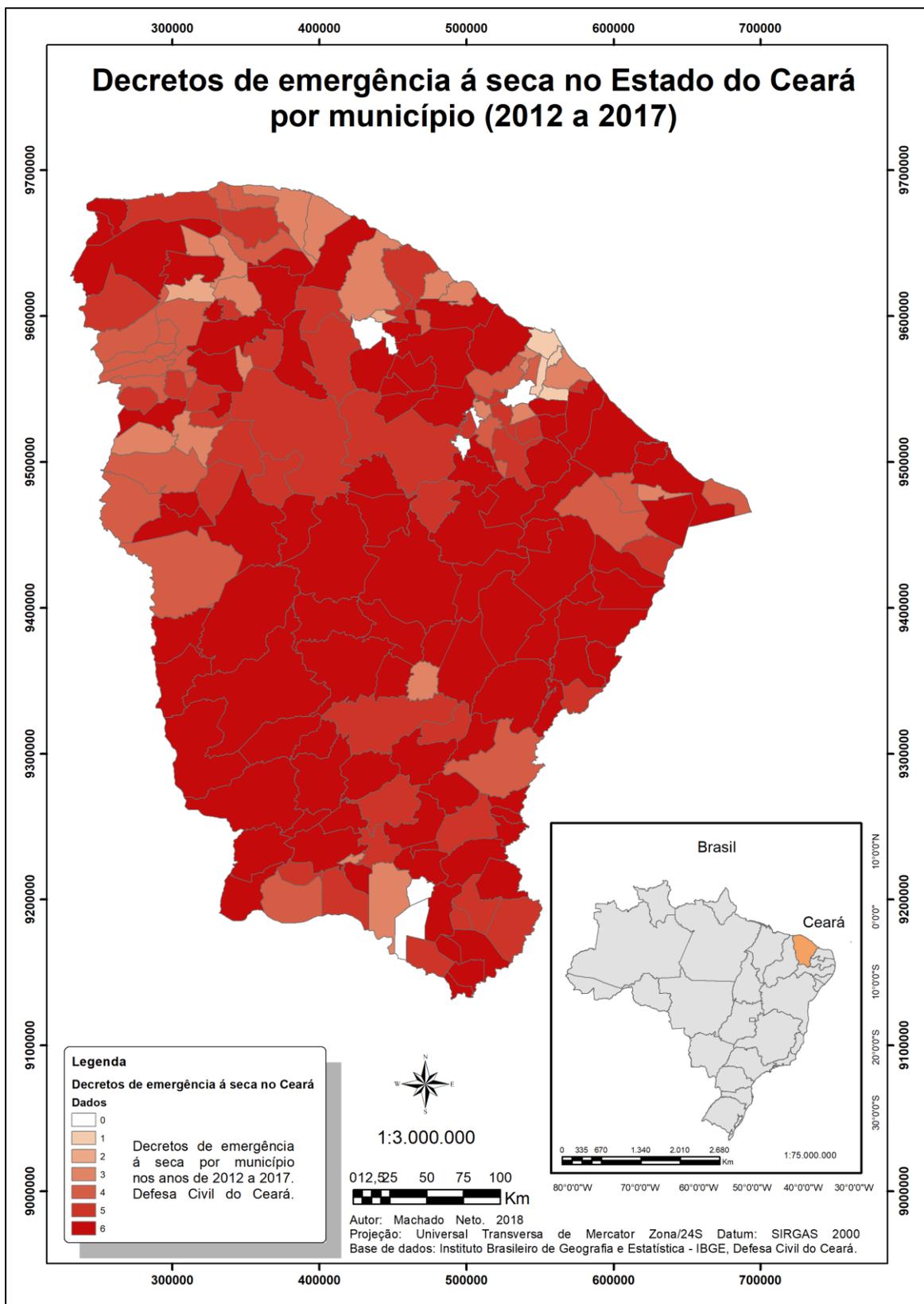
Tabela 01: Decretos de emergência a seca de 2012 a 2017

Ano	Decreto	Nº de decretos
2012	DECRETO Nº30.984, de 23/ 08/ 2012, DECRETO Nº30.922, 28/ 05/ 2012 e DECRETO Nº31.053, 19/ 11/ 2012.	03
2013	DECRETO Nº31.214, 21/ 05/ 2013 e DECRETO Nº31.338, 31/ 09/ 2013.	02
2014	DECRETO Nº31.475, 08/ 05/ 2014 e DECRETO Nº31.619, 05/ 11/ 2014	02
2015	DECRETO Nº31.716 de 26/ 04/ 2015, DECRETO Nº31.725, 21/ 05/ 2015, DECRETO Nº31.752, 24/ 06/ 2015 e DECRETO Nº31.808, 22/ 09/ 2015.	04
2016	DECRETO Nº31.883/2016, de 26/ 01/ 2016, DECRETO Nº31.931, 18/ 04/ 2016, DECRETO Nº31.961, 02/ 06/ 2016, DECRETO Nº31.981, 28/ 06/ 2016, DECRETO Nº32.002, 01/ 08/ 2016, DECRETO Nº32.069, 14/ 09/ 2016, DECRETO Nº32.034/2016, de 08/ 11/ 2016 e DECRETO Nº32.110, 20/ 12/ 2016.	08
2017	DECRETO Nº32.129, 13/ 01/ 2017, DECRETO Nº32.196, 17/ 04/ 2017, DECRETO Nº32.263, 19/ 06/ 2017, DECRETO Nº 32.287, 18/ 07/ 2017, DECRETO Nº32.396, 19/ 10/ 2017 e DECRETO Nº32.458, 15/ 12/ 2017.	06

Fonte: Organizado pelos autores a partir da CEDEC. 2018

A partir da avaliação de todos os decretos, exceto os de prorrogação, foi possível especializar (Figura 02) o número de municípios que estiveram em emergência, possibilitando identificar a quantidade de vezes em que cada um deles foi decretado em situação emergencial nos anos de seca avaliados do Estado.

Figura 02: Decretos de emergência á seca no Estado do Ceará por município (2012 a 2017)



Fonte: Autores. 2018

O quantitativo de municípios que estiveram nos decretos por ano foi em 2012: 170, em 2013: 166, em 2014: 168, em 2015: 154, em 2016: 132 e 2017: 117 casos de 184 municípios do Ceará, apenas 05 não estiveram presentes, assim como mostra a tabela 02.

Tabela 02: Municípios do Estado do Ceará em situação de emergência por ano de 2012 a 2017.

Municípios do Estado do Ceará em situação de emergência por ano de 2012 a 2017	
Ano	Municípios em situação de emergência
2012	170
2013	166
2014	168
2015	154
2016	132
2017	117
Sem registro	05

Fonte: Organizado pelos autores a partir de CEDEC - CE. 2018

O ano de 2012 foi o que registrou maior número de ocorrências, já em 2016 e 2017 inicia uma decrescente, podendo ser ocasionada por diversos motivos, entre eles, a melhoria dos índices pluviométricos em algumas áreas do Estado.

A identificação dos municípios em decreto emergencial mostra a evolução da seca nos períodos em estudo, assim como, à recorrência histórica aos métodos emergenciais. O quadro histórico apresentado mostra que ações paliativas foram recorrentes na história.

A identificação do risco de seca e o preparo para o desastre não são tidos como prioridade, em 1017 anos, não foram priorizadas medidas voltadas a população e ao conhecimento que o povo possui de sua terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reconstituição histórica realizada neste artigo, com base em Santos (2017) nós apresenta uma realidade, que disfarçada durante os séculos, por meio de discursos e ações fantasiosas, que beneficiam apenas uma minoria.

Todo o trabalho mostra que a seca é um desastre, um desastre humano e desumano, sendo necessário o esclarecimento deste conceito e sua constante no Ceará. O desastre da seca se apresenta como político, por conta das ações ideológicas implementadas na região, com

características físicas pela presença de um clima que é mal utilizado, por uma população que se instalou com incentivos exploratórios, mas sem preparo, gerando problemas nos sistemas ambientais, na constituição de uma economia, em todas as gerações que viveram nesta região e em toda a vida que nela existe.

Esta unidade federativa do Brasil possui uma rica cultura, seu povo ama sua terra e por ela vive, sua história ultrapassa séculos, mas temos registros temporais que afirmam a importância de preparar seu povo e todo o Nordeste diante das recorrentes secas, para assim, poder amenizar os problemas decorrentes.

A seca é um desastre que afeta a população e os meios de subsistência, sendo ações públicas, como decretos de emergência, meios de mitigar as problemáticas acarretadas. Ações governamentais negativas ou positivas influenciam diretamente, pela distribuição de recursos e o destino destes. Em 2012 a 2017 são registrados mais eventos danosos sem perda de vidas humanas, mas sim de uma região, de um povo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lutiane Queiroz de. Por uma ciência dos riscos e vulnerabilidade na geografia. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 23, p.83-99, set./dez. 2011

BRASIL. Presidência da República: Casa Civil. **LEI No3.692**. 1959. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3692.htm> Acesso em: 12 ago.2018.

_____. Câmara dos Deputados. **Legislação Informatizada - Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909**. 1909. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7619-21-outubro-1909-511035-republicacao-109509-pe.html>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Instrução Normativa MI/GM 01, de 24 de agosto de 2012**. Acesso: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/208/Instru%c3%a7%c3%a3o%20Normativa%20n1%2c%20de%2024%20agosto%20de%202012.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Data de acesso: 28 mai. 2018.

CEARÁ. **Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC)**. Disponível em: <http://www.defesacivil.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=686:situacao-de-emergencia-por-estiagemseca-de-2012-a-2014&catid=14:lista-de-noticias&Itemid=81> Acesso em: 30 mai. 2018

GANEM, Roseli Senna. Câmara dos Deputados. **Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Gestão de Desastres no Brasil**. [S.l:s.n], 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Um Retrato do Semiárido Cearense**. Fortaleza:[s.n], 2010. 40p.

MARANDOLA JR, Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. Natural hazards: o estudo geográfico dos riscos perigos. **Ambiente & Sociedade**, v. 7, n. 2, jul./dez. 2004.

OLIVEIRA, Lizabeth Silva. **Sistema Semiárido: Modelo Estratégico de convivência com a diversidade ambiental na sub-bacia do rio Castro, Ceará – Brasil**. 2018. 287f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018a.

OLIVEIRA, Francisca Leiliane Sousa de. **Indicadores de Vulnerabilidade e Risco Local: O Caso do Município de Pacoti, CE**. 2018. 227f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018b.

OLIVEIRA, Maria J Galleno de S. Políticas públicas e o meio ambiente: a questão dos desastres ambientais e seus efeitos na sociedade de risco do Brasil. In: VII CONGRESO DE MEDIO AMBIENTE, 7., 2012, La Plata, **Anais ...** La Plata: 2012. p.1 - 22.

ONU. **Terminologias sobre riscos de desastres**. Genebra:[s.n.], 2009

SANTOS, Rinaldo dos. **Os Sertaniadas 1900 a 2015: 500 Anos de hipocrisia na História do Brasil**. Porto Alegre: Revolução eBook, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Atlas Brasileiro de desastres naturais 1991 – 2012, volume Ceará**. Florianópolis: CEPED UFSC, 2013. p.31 - 67.

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa. **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. [S.l.]: RiMa Editora, 2009.

ZANELLA, Maria Elisa; BARBOSA, Souza, Lucas. **Percepção de Riscos Ambientais: Teoria e Aplicações**. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p.1 - 70.